

**DIREITO INTERNACIONAL  
EM EXPANSÃO**

**VOLUME I**

**ANAIS DO 10º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL**



**WAGNER MENEZES (ORGANIZADOR)**

Professor Associado de Direito Internacional na USP - Universidade de São Paulo, Livre-docente. Doutor com Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Padova; Mestre. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional - ABDI. Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Membro-Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Árbitro do Tribunal Arbitral do Mercosul (Protocolo de Olivos). Advogado. Professor visitante em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior.

**DIREITO INTERNACIONAL  
EM EXPANSÃO**

**VOLUME I**

**ANAIS DO 10° CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL**



Belo Horizonte  
2012



## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz  
André Cordeiro Leal  
André Lipp Pinto Basto Lupi  
Antônio Márcio da Cunha Guimarães  
Carlos Augusto Canedo G. da Silva  
David França Ribeiro de Carvalho  
Dhenis Cruz Madeira  
Dirceô Torrecillas Ramos  
Emerson Garcia  
Felipe Chiarello de Souza Pinto  
Florisbal de Souza Del'Olmo  
Frederico Barbosa Gomes  
Gilberto Bercovici  
Gregório Assagra de Almeida  
Gustavo Corgosinho  
Jamile Bergamaschine Mata Diz

Jean Carlos Fernandes  
Jorge Bacelar Gouveia - Portugal  
Jorge M. Lasmar  
Jose Antonio Moreno Molina - Espanha  
José Luiz Quadros de Magalhães  
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro  
Luciano Stoller de Faria  
Luiz Manoel Gomes Júnior  
Mário Lúcio Quintão Soares  
Nelson Rosenvald  
Renato Caram  
Rodrigo Almeida Magalhães  
Rogério Filippetto  
Rubens Beçak  
Vladimir Oliveira da Silveira  
Wagner Menezes

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2012.

Plácido Arraes  
Editor

Avenida Brasil, 1843/loja 110, Savassi  
Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-002  
Tel: (31) 3031-2330

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho  
Capa: Vladimir O. Costa e Charles Hoffert  
Diagramação: Wesley V. dos Santos

D598

Direito internacional em expansão – volume 1 – Anais do 10º Congresso Brasileiro de Direito Internacional / Wagner Menezes, organizador. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.  
656p.  
ISBN: 978-85-62741-72-2

1. Direito internacional. I. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Direito Internacional. II. Menezes, Wagner.

CDD: 341.1  
CDU: 341.01

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte  
CRB/6-1047

[www.araeseditores.com.br](http://www.araeseditores.com.br)  
[araes@araeseditores.com.br](mailto:araes@araeseditores.com.br)

Belo Horizonte  
2012

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os **pesquisadores** que participaram da presente obra e contribuíram para o amadurecimento do Direito Internacional no país.

À **Arraes Editores** e sua equipe envolvida na editoração da obra, por terem corajosamente assumido a missão de publicação dos textos, marcando assim seu comprometimento com o estudo do Direito Internacional, bem como com a academia e a produção científica brasileira.



*A presente obra é dedicada à vida e obra do professor Celso Lafer.*





## NOTA DO ORGANIZADOR

Depois de nove anos, o Congresso chega a sua décima edição, realizada ininterruptamente, contando novamente com a participação de professores e pesquisadores de todo país, que abnegados enviaram seus artigos, seus trabalhos para avaliação e seleção e os melhores artigos encontram-se estampados e ilustram a presente obra.

Ao longo desses dez anos, os artigos apresentados no Congresso foram publicados ora em formato de anais impressos, outras vezes em formato eletrônico, mas nesta décima edição, e de forma comemorativa, o conjunto dos textos selecionados está publicado em uma obra que marca definitivamente o tempo em que estamos vivendo no Brasil, o do “Direito Internacional em expansão”, expressão que inspirou o título da obra e que representa o resultado do trabalho da Academia Brasileira de Direito Internacional e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional na direção e organização do Congresso Brasileiro de Direito Internacional.

Cabe recordar que, há dez anos, a realidade do estudo do Direito Internacional no país era desalentadora, existiam ilhas do saber do Direito Internacional e pouco se estudava o tema, bem como existiam poucos especialistas que atuavam no mercado e nas universidades. Hoje, existe um crescente número de cursos de pós-graduação que trabalham com Direito Internacional, os professores estão se especializando cada vez mais e com mais acesso à informação de fonte primária, e os concursos públicos e de acesso às carreiras jurídicas não tratam mais a matéria como sendo “sem importância”, mas exigem que a formação dos seus quadros leve em conta o conhecimento em Direito Internacional como pré-requisito.

Existe muito por fazer, mas é inegável que hoje o estudo do Direito Internacional passa por um processo de expansão na sua estrutura normativa, nas bases de interpretação, e uma nova geração de internacionalistas se debruça sobre livros, pesquisas e análises desses novos fenômenos, o conjunto e a diversidade de temas tratados nesses dois volumes traduzem esse movimento de maior especialização do Direito Internacional.

É de se destacar que a **Arraes Editores** foi sensível a esse processo e decidiu apoiar o Congresso com uma publicação especial, com uma obra digna de uma década de

produção acadêmica incessante, crescente e qualitativamente mais densa, vocalizando o que de mais moderno está sendo discutido nas universidades brasileiras sobre o Direito Internacional e reproduz em livro as pesquisas realizadas sobre o tema nos cursos de graduação, pós-graduação e nas instituições de pesquisa.

Nesse sentido, a presente obra, publicada em dois volumes, corporifica o amadurecimento no estudo do Direito Internacional no país e possui uma diversidade de perspectivas de novas e inovadoras abordagens. A temática central que norteia a presente obra é voltada para análise da expansão temática do Direito Internacional e suas mais variadas e múltiplas abordagens.

Nestes dois volumes poderão ser encontrados textos que tratam sobre temas variados, relacionados ao Direito Internacional contemporâneo, valendo destacar: “O que é cooperação jurisdicional?”; A influência internacionalista no processo de politização da justiça (ou seria de judicialização da política?); Comércio internacional e meio ambiente: diálogo das fontes ou fragmentação do direito internacional?; Cooperação internacional em matéria penal: o sistema de execução indireta e o regime de cooperação entre estados em matéria penal; Revisitando o *jus gentium* de Francisco de Vitória e Francisco de Suarez: por uma perspectiva universalista-humanista do direito internacional; Uma proposta de constituição mundial – reflexões sobre o direito internacional no século XXI; Comércio digital com divulgação nas redes sociais: impactos da globalização; As doutrinas de Direito Internacional e a construção do conceito de nacionalidade a partir da unificação italiana; Direito Internacional da propriedade intelectual: participação nos benefícios gerados pela exploração econômica dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; Uniformização do direito internacional privado: características e limitações; Direitos Humanos e Direito Internacional privado: o diálogo como instrumento de efetivação dos direitos humanos através do Direito Internacional privado; O direito internacional dos investimentos e sua aplicação no setor de energia: uma percepção do direito ao desenvolvimento; *Ostatus* da entidade palestina: notas historiográfico-jurídicas sobre a *opinio juris* brasileira de 1985 a 1990; Crianças em guerra: um estudo sobre a proteção normativa internacional dispensada a crianças envolvidas em conflitos armados; Organizações não governamentais: aspectos nacionais e internacionais no Brasil; Mercosul: passado, presente e futuro: uma tentativa exitosa de avançar na consolidação de um projeto de integração regional?; Transformações do uso da força pelo conselho de segurança: adaptações ou entraves ao sistema de segurança coletivo das nações unidas; A tensão entre o pluralismo e solidarismo no processo de criação do direito internacional e o caso da guerra contra o terror; Normas internacionais e suas dimensões; Abusividade nos contratos de transferência de tecnologia em face do direito da concorrência; Reflexões acerca do problema da (in)determinação da norma de *jus cogens*na jurisprudência da Corte Internacional de Justiça; A inobservância do artigo 16.3 do Trips e as possíveis implicações para o Brasil na ordem internacional; Autodeterminação externa dos povos e integridade territorial; O mito de Francisco de Vitória: defensor dos direitos dos índios ou patriota espanhol?; A teoria da fragmentação do direito internacional: um “universo de ilhas interconectadas”; O conflito interno na Síria e o princípio da “responsabilidade de proteger”; Ascensão e declínio do direito internacional?; Morosidade do judiciário e as relações negociais internacionais; Os critérios de reconhecimento de governos sob a ótica do Direito Internacional: novas categorias?; O artigo v(1)(a) da Convenção de Nova Iorque e a invalidade da convenção de arbitragem.

A riqueza desta edição certamente reside na diversidade dos temas abordados em seu bojo e na seriedade das pesquisas desenvolvidas em suas múltiplas perspectivas. Trata-se de obra fundamental para aqueles que querem compreender, estudar e pesquisar de maneira ampla o arcabouço temático do Direito Internacional em seus vários enfoques, especialmente as teses mais modernas, por isso a leitura da presente obra é indispensável e merece ter lugar de destaque em todas as bibliotecas jurídicas.

A presente obra “Direito Internacional em Expansão” foi organizada em homenagem à vida e obra do professor **Celso Lafer**, por sua intensa carreira voltada para atuação internacional, seja a partir das percepções teóricas enquanto doutrinador que é referência para toda uma geração de estudiosos no Brasil, ou mesmo à frente do Ministério das Relações Exteriores, quando elevou o Direito Internacional como princípio fundamental na atuação brasileira em suas relações internacionais.

O professor **Celso Lafer** sempre teve ideias de vanguarda, lançou debate sobre os Direitos Humanos quando o tema ainda era pouco explorado pela academia brasileira, participou do limiar do Direito Internacional do Meio Ambiente e desenvolvimento, inaugurou discussão sobre a Organização Mundial do Comércio e do adensamento de juridicidade que ela representava para o Direito Internacional contemporâneo e, titular do Departamento de filosofia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nunca deixou de pensar as relações internacionais, o Direito Internacional e esboçar preocupações de caráter essencialmente humanista e solidarista.

Por isso, a academia lhe é grata por toda a sua grande contribuição ao Direito Internacional e expressa através desta singela homenagem sua gratidão, que é referência a toda uma geração por suas ideias enquanto doutrinador humanista e visionário. O grupo que homenageia o professor LAFER não é um grupo de amigos ou alunos, mas um grupo de discípulos espalhados por todo o país, pesquisadores renomados, professores de cadeiras nos cursos de graduação e pós-graduação do país e também jovens pesquisadores que publicam os primeiros trabalhos e começam a trilhar uma carreira cujo modelo e inspiração é a seriedade, a honestidade acadêmica e o comprometimento com o saber como a carreira do professor homenageado traduz.

Assim, entre o desafio de consolidar o amadurecimento da doutrina do Direito Internacional a partir do conagraçamento de um conjunto de pesquisadores de todo o país e a homenagem a um professor que representa o comprometimento humanista da escola de Direito Internacional brasileira, oferece-se à comunidade acadêmica a obra “Direito Internacional em Expansão”, que vem reforçar um já consagrado conjunto de publicações que representam a “era dos congressos” como um tempo de amadurecimento, ampliação e qualificação do estudo do Direito Internacional no Brasil.

Brasil, inverno de 2012.

#### **WAGNER MENEZES**

Professor Associado de Direito Internacional na USP – Universidade de São Paulo, Livre-docente. Doutor com Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Padova; Mestre. Presidente da Academia Brasileira de Direito Internacional – ABDI. Coordenador do Congresso Brasileiro de Direito Internacional. Membro-Diretor da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Árbitro do Tribunal Arbitral do Mercosul (Protocolo de Olivos). Advogado. Professor visitante em vários cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior.



## SUMÁRIO\*

APRESENTAÇÃO .....	XXI
RESPOSTA À PERGUNTA: “O QUE É COOPERAÇÃO JURISDICIONAL?” <i>Ademar Pozzatti Junior</i> .....	1
O ARTIGO 76 DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR (CNUDM) E O PAPEL DA COMISSÃO DE LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL (CLPC) <i>Alexandre Pereira da Silva</i> .....	15
OS EFEITOS DA CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO INTERNACIONAL E NO BRASILEIRO <i>Alexsandro Rabbani Aragão Feijó</i> .....	27
O ESTATUTO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO DA UNIÃO EUROPEIA: COMENTÁRIOS AOS ACÓRDÃOS <i>ZAMBRANO</i> , <i>MCCARTHY</i> E <i>DERECI</i> DO TJUE <i>Aline Beltrame de Moura</i> .....	37
A INFLUÊNCIA INTERNACIONALISTA NO PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DA JUSTIÇA (OU SERIA DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA?) <i>André Panno Beirão</i> .....	49

\* O Organizador e a Arraes Editores não se responsabilizam pelo conteúdo e pela revisão dos artigos, bem como pela correção da nova ortografia.

COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGO DAS FONTES OU FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL? <i>Andréia Costa Vieira</i> .....	59
DO ESTADO DE SUBDESENVOLVIMENTO AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: INDICADORES PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS DO MERCOSUL <i>Antônio Walber Matias Muniz</i> .....	79
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL: O SISTEMA DE EXECUÇÃO INDIRETA E O REGIME DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS EM MATÉRIA PENAL <i>Arinda Fernandes</i> <i>Graziela Tavares de Souza Reis</i> .....	97
REVISITANDO O JUS GENTIUM DE FRANCISCO DE VITÓRIA E FRANCISCO DE SUAREZ: POR UMA PERSPECTIVA UNIVERSALISTA-HUMANISTA DO DIREITO INTERNACIONAL <i>Camilla Capucio</i> .....	109
UMA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO MUNDIAL - REFLEXÕES SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI <i>Carla Noura Teixeira</i> .....	119
A EXTRADIÇÃO: OBRIGAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL OU PRERROGATIVA SOBERANA DO ESTADO? <i>Carlos Cerda</i> .....	129
COMÉRCIO DIGITAL COM DIVULGAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO <i>Adriana Rossas Bertolini</i> <i>Carolina Soares Hissa</i> .....	139
ANISTIA E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NO ARAGUAIA: DA POSSIBILIDADE DE INGERÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL SOBRE OS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE PERMANENTES POR ADOÇÃO DE CRITÉRIO QUALITATIVO <i>Caroline de Fátima Helpa</i> .....	151

AUXÍLIO E APOIO COMO FORMAS DE AUTORIA DE CRIMES INTERNACIONAIS: A INTERPRETAÇÃO BASEADA NO CONHECIMENTO E O CASO CHARLES TAYLOR NA CORTE ESPECIAL DE SERRA LEOA <i>Cássio Eduardo Zen</i> .....	163
A POLÍTICA PARA REFUGIADOS CONFORME MICHAEL WALZER (PLURALISMO E O COMUNITARISMO) E O EXEMPLO BRASILEIRO <i>César Augusto S. da Silva</i> .....	175
AS DOCTRINAS DE DIREITO INTERNACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE NACIONALIDADE A PARTIR DA UNIFICAÇÃO ITALIANA <i>Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazi</i> .....	189
DIREITO INTERNACIONAL DA PROPRIEDADE INTELCTUAL: PARTICIPAÇÃO NOS BENEFÍCIOS GERADOS PELA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DOS CONHECIENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE <i>Cláudia Cinara Locateli</i> .....	201
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS <i>Cristina Figueiredo Terezo</i> .....	213
OS RISCOS DA PIRATARIA MARÍTIMA AOS INVESTIMENTOS NO SETOR PETROLÍFERO AFRICANO E AO TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL <i>Daiana Seabra Venancio</i> .....	227
A LINHA DE FINANCIAMENTO “EXPORTAÇÃO E INSERÇÃO INTERNACIONAL” DO BNDES: ENTRE A POLÍTICA ECONÔMICA E OS PRINCÍPIOS DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL <i>Daniel Lemos de Oliveira Mattosinho</i> .....	241
UNIFORMIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: CARACTERÍSTICAS E LIMITAÇÕES <i>Daniel Lemos de Oliveira Mattosinho</i> <i>Érika Capella Fernandes</i> .....	253

A UNIVERSALIDADE PARA PARA HANNAH ARENDT NO CONTEXTO DO NOVO DIREITO INTERNACIONAL E O PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS <i>Daniela Bucci Okumura</i> .....	265
DO PODER DE INGERÊNCIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU NO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: PREJUÍZO OU BENESSE? <i>Daniele Cassiola Bozza</i> .....	277
O DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DA CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS CONTRATOS FUNDADO NA CONTRIBUIÇÃO DE FRIEDRICH CARL VON SAVIGNY: O CASO ESPECIAL DA CISG E O BRASIL <i>David França Ribeiro de Carvalho</i> .....	287
DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: O DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ATRAVÉS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO <i>Deo Campos Dutra</i> <i>Isabella Liquer</i> .....	297
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL DA DEMOCRACIA NA UNASUL <i>Edgar Rengifo</i> .....	315
O TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES E A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL <i>Nicole Lara de Pinho</i> <i>Elizabeth de Almeida Meirelles</i> .....	327
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS À LUZ DA GOVERNANÇA GLOBAL: ARBITRAGEM INTERNACIONAL E SISTEMA ADMINISTRATIVO <i>Ely Caetano Xavier Junior</i> .....	339
O DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS E SUA APLICAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA: UMA PERCEPÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO <i>Emília Lana de Freitas Castro</i> .....	351



OS COMENTÁRIOS AO PROJETO DE LEI 4.667 DE 2004 E OS LIMITES À EFICÁCIA INTERNA DAS SENTENÇAS INTERNACIONAIS <i>Erika Maeoka</i> .....	365
O STATUS DA ENTIDADE PALESTINA: NOTAS HISTORIOGRÁFICO-JURÍDICAS SOBRE A OPINIO JURIS BRASILEIRA DE 1985 A 1990 <i>Felipe Kern Moreira</i> .....	377
NOVAS GOVERNANÇAS NA UNIÃO EUROPEIA: O PAPEL DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS FRENTE À CRISE ATUAL <i>Fernanda Vieira Kotzias</i> .....	389
A CRISE DOS SUBPRIMES E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL <i>Flávia Pearce Furtado</i> <i>Simone Coêlho Aguiar</i> .....	401
REFORMAS NO DIREITO INTERNACIONAL MONETÁRIO <i>Gabriel Valente dos Reis</i> .....	413
OS DIREITOS HUMANOS E A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA NO SÉCULO XXI DIANTE DA NORMATIZAÇÃO INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO <i>Gina Vidal Marcílio Pompeu</i> <i>Nardejane Martins Cardoso</i> .....	421
DIREITO TRANSCONSTITUCIONAL NAS RELAÇÕES ECONOMICAS E O SACRIFÍCIO DOS TRABALHADORES DIANTE DA SITUAÇÃO DE CRISE NO MUNDO GLOBALIZADO <i>Carolina Soares Hissa</i> <i>Gina Vidal Marcílio Pompeu</i> .....	433
MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OS LIMITES ENTRE A EFETIVIDADE E A RETÓRICA <i>Guilherme Cavalheiro Dias Filho</i> <i>Luís Renato Vedovato</i> .....	445
O PARLAMENTO DO MERCOSUL, OS ELEITORES E AS ELEIÇÕES DIRETAS PARA REPRESENTANTES DO BRASIL EM 2014 <i>Lucas Macedo Lopes</i> <i>Gustavo Brígido B. Cardoso</i> .....	463

<p>DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO  <i>Gustavo Fernandes Meireles</i>  <i>Renato Barbosa de Vasconcelos</i> .....</p>	471
<p>CRIANÇAS EM GUERRA: UM ESTUDO SOBRE A PROTEÇÃO NORMATIVA INTERNACIONAL DISPENSADA A CRIANÇAS ENVOLVIDAS EM CONFLITOS ARMADOS  <i>Helena Aranda Barrozo</i>  <i>Lais Escota de Almeida</i> .....</p>	483
<p>O PANORAMA DOS REFUGIADOS CLIMÁTICOS DIANTE DA CRISE AMBIENTAL  <i>Helena Aranda Barrozo</i>  <i>Paulo Edson Ribeiro</i> .....</p>	493
<p>SOLIDARIEDADE OU INGERÊNCIA? UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS FACE À RESPONSABILIDADE DE PROTEGER  <i>Helisane Mahlke</i> .....</p>	505
<p>ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ASPECTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NO BRASIL  <i>Thaís Cristina Silva Moura</i>  <i>Heloísa Assis de Paiva</i> .....</p>	517
<p>OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: CONSEQUÊNCIAS E PECULIARIDADES NA DEFINIÇÃO DAS SUAS CATEGORIAS DE AÇÕES  <i>Javier Rodrigo Maidana</i> .....</p>	529
<p>O FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL EM SAMUEL PUFENDORF  <i>Jeancezar Ditzz de Souza Ribeiro</i> .....</p>	541
<p>O COMÉRCIO EXTERIOR DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS NO BRASIL E O ADVENTO DA LEI Nº 8.248/1991  <i>Anita Kons da Silveira</i>  <i>Joana Stelzer</i> .....</p>	551

<p>A ECONOMIA E O DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO:  A NECESSÁRIA DISCIPLINA NA GESTÃO DAS RELAÇÕES  EXTERNAS CONTEMPORÂNEAS  <i>Everton das Neves Gonçalves</i>  <i>Joana Stelzer</i> .....</p>	563
<p>AS TRANSFORMAÇÕES DO USO DA FORÇA PELO CONSELHO  DE SEGURANÇA: ADAPTAÇÕES OU ENTRAVES AO SISTEMA  DE SEGURANÇA COLETIVO DAS NAÇÕES UNIDAS?  <i>João Henrique Ribeiro Roriz</i> .....</p>	575
<p>A CONVENÇÃO SOBRE MUNIÇÕES CLUSTER E A  POSIÇÃO BRASILEIRA: UM PARADOXO  <i>João Irineu de Resende Miranda</i>  <i>Carlos Eduardo Gomes</i> .....</p>	585
<p>A TENSÃO ENTRE O PLURALISMO E SOLIDARISMO NO  PROCESSO DE CRIAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL E  O CASO DA GUERRA CONTRA O TERROR  <i>Jorge M. Lasmar</i> .....</p>	597
<p>A DISCUSSÃO DA COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS  ADMINISTRATIVOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA  CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA  <i>José Daniel Gatti Vergna</i> .....</p>	611
<p>A DIRETIVA 2004/35/CE: AVANÇO PROTETIVO OU GARANTIA  DOS INTERESSES ECONÔMICOS COMUNITÁRIOS?  <i>Marcia Cristina Puydinger De Fazio</i>  <i>Eduardo Gonçalves Rocha</i> .....</p>	621



## APRESENTAÇÃO

“Direito Internacional em expansão” é o tema deste Congresso. É um tema de grande relevância e atualidade, pois as normas de Direito Internacional, em especial as de organização, voltadas para promover a cooperação entre os estados tendo em vista uma finalidade comum vêm se expandindo. Essas normas de mútua colaboração, para lembrar a conhecida formulação de Wolfgang Friedmann, têm como fonte material as realidades da interdependência dos Estados que, num mundo unificado pela técnica e pela economia, levaram à diluição das fronteiras e amainaram as diferenças entre o “interno” dos estados e o “externo” da dinâmica de funcionamento do sistema internacional.

No meu percurso de estudioso ocupei-me, no correr dos anos, da análise de distintos modelos jurídicos caracterizados pela operação de normas de mútua colaboração. Lembro os meus trabalhos sobre o Direito Internacional Econômico, entre eles: os dedicados aos acordos intergovernamentais de produtos primários; ao GATT e sua subseqüente transformação na Organização Mundial do Comércio e aos inéditos mecanismos que a OMC propiciou de solução de controvérsias; e aos relacionados com processo e integração econômica da América Latina, em especial o Mercosul. Lembro, igualmente, os meus estudos dedicados ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, cujas normas têm origem na inserção de aspirações axiológicas na agenda internacional no pós-Segunda Guerra Mundial e que, a partir da política do Direito traçada pela Declaração Universal de 1948, foram se expandindo e se tornaram mais específicas no plano internacional e nos planos regionais. Menciono os relacionados com o Direito Internacional do Meio Ambiente que foi normativamente se adensando com a percepção, lastreada no conhecimento científico, da fragilidade dos ecossistemas que, de forma integrada, sustentam a vida na Terra. Registro, finalmente, algumas experiências com a temática do desarmamento como uma dimensão de pacifismo de meios dedicado a conter os riscos da guerra e da desmedida violência na era nuclear.

No meu trato de estudioso destes modelos beneficiei-me da experiência concreta haurida na prática dos seus respectivos funcionamentos na condição de Ministro das Re-

lações Exteriores de 1992 e em 2001-2002 e de Embaixador do Brasil em Genebra de 1995 a 1998. Pude, assim, verificar não só na teoria como na prática que estes modelos de cooperação e suas respectivas normas de organização engendram culturas jurídicas distintas umas das outras. A especificidade destas culturas jurídicas é um dos dados explicativos do que Koskenniemi articulou como processos de fragmentação do Direito Internacional.

Com efeito, a expansão do Direito Internacional vem levando a regimes jurídicos especiais que têm dificuldades de dialogar tanto por conta das diferenças de concepção que presidem a sua dinâmica, quanto pelo fato de inexistirem normas que tratem apropriadamente das relações inter se entre estes regimes jurídicos especiais. Em síntese, a expansão contemporânea do Direito Internacional criou a horizontalidade de um direito em rede não dotado de mecanismos jurídicos de *interface* para apropriadamente trabalhar em conjunto na estruturação da ordem mundial. Para isso contribuiu o que Bobbio qualifica do problema de “O Terceiro Ausente”, ou seja, de um *tertius* institucional de abrangência universal, com vocação e poder para imprimir maior unidade e coerência ao Direito Internacional Público.

Esta normatividade de conteúdo variável leva a um direito internacional *flou* para recorrer a uma formulação de Mireille Delmas-Marty, que vem se dedicando a refletir sobre os modos de ordenar esse pluralismo centrífugo, associando o universal e o relativo e propiciando uma harmonização e um diálogo que não seja fruto de imposição, mas sim de uma criativa hibridação.

É no horizonte do conjunto das considerações acima feitas que considero de grande relevância a temática deste Congresso e dos estudos que nele serão apresentados e discutidos. Permito-me concluir dizendo que me sinto muito honrado por ser homenageado neste Congresso numa etapa da vida em que a compulsória assinala o termo da minha *vita activa* de professor universitário. Com efeito, o cerne do que vai ser examinado está muito vinculado à agenda de preocupações do meu percurso de internacionalista, aos quais espero dar continuidade, beneficiando-me do estímulo dos textos destes volumes.

Julho de 2012

### CELSON LAFER

Celso Lafer (São Paulo, 1941) estudou (1960-1964) na Faculdade de Direito da USP, na qual lecionou de 1971 até a sua aposentadoria em 2011, Direito Internacional e Filosofia do Direito. Obteve o seu MA (1967) e o seu PhD (1970) em Ciência Política na Universidade de Cornell (EUA); a livre-docência em Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da USP em 1977 e a titularidade em Filosofia do Direito em 1988.

Na Faculdade de Direito da USP foi Chefe do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (1993-1995; 2003-2005; 2009-2011) e integrou a Área de Concentração de Direitos Humanos da qual foi Coordenador (2006-2007) e Vice-coordenador (2007-2011). Foi membro titular do Conselho Deliberativo do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP (2005-2011). Representou a Congregação da Faculdade de Direito no Conselho Universitário (1990-1992).

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e, nesta condição, Vice-Presidente *ex officio* da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Na sua segunda gestão no Itamaraty (2001-2002) chefiou a delegação brasileira à Conferência Ministerial da OMC em Doha, que deu início à Rodada de Doha. Em 1999 foi Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. De 1995 a 1998 foi Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas

e à Organização Mundial do Comércio em Genebra. Em 1996 foi o Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio e, em 1997, foi Presidente do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio. Presidiu a OMC, em 1998, o *Panel*: “India - Quantitative Restrictions on Imports of Agricultural, Textiles and Industrial Products” e, em 2010, o *Panel* “United States - measures affecting imports of certain passenger vehicle and light truck tyres from China”.

É, desde agosto de 2007, Presidente da FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Integra o Conselho Acadêmico do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), IRI/USP e é membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia desde 2002. É Presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia desde abril de 2007. Preside o Conselho Editorial da revista “Política Externa”, da qual foi coeditor com Gilberto Dupas (2000-2008).

Doutor *honoris causa* da Universidade de Buenos Aires (2001), da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina (2002), da Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina (2011), da Universidade Lyon 3 - Jean Moulin, França (2012). É *Honorary Fellow* da Universidade Hebraica de Jerusalém (2006). Recebeu, em 2001, o prêmio Moinho Santista da Fundação Bunge na área de Relações Internacionais e, em 2011, a Medalha Armando de Salles Oliveira, concedida pelo Conselho Universitário, por serviços prestados à valorização da USP. Em 2006 foi titular da cátedra “Países e Culturas do Sul” do Centro John W. Kluge da Biblioteca do Congresso dos EUA. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências, eleito em 2004, e da Academia Brasileira de Letras, eleito em 2006. Recebeu, em 15 de agosto de 2012, o título de Professor Emérito do Instituto de Relações Internacionais da USP.

